

De presos políticos a presos comuns

Estudos sobre experiências
e narrativas de encarceramento

ORGANIZAÇÃO

Diego Galeano

Larissa Rosa Corrêa

Thula Pires

EDITORA
PUC
RIO

DIÁLOGOS



PUC
RIO

Reitor

Prof. Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Prof. Pe. Anderson Antonio Pedroso SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Ricardo Tanscheit

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Sidnei Paciornik (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

De presos políticos a presos comuns

Estudos sobre experiências e
narrativas de encarceramento

ORGANIZAÇÃO

Diego Galeano

Larissa Rosa Corrêa

Thula Pires



Coleção Diálogos

© **Editora PUC-Rio**

Rua Marques de S. Vicente, 225, casa Editora PUC-Rio

Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900

Tel.: (21) 3527-1760/1838

www.editora.puc-rio.br

Conselho gestor da Editora PUC-Rio

Augusto Sampaio, Danilo Marcondes, Felipe Gomberg, Hilton Augusto Koch,

José Ricardo Bergmann, Júlio Cesar Valladão Diniz, Sidnei Paciornik,

Luiz Roberto Cunha e Sergio Bruni.

Revisão

Cristina da Costa Pereira

Diagramação de miolo

SBNigri Artes e Textos Ltda.

Editoração de capa

Flávia da Matta Design

Este livro é fruto do edital para Apoio a Grupos de Pesquisa Interdisciplinares, 2018, do Instituto de Estudos Avançados em Humanidades (IEAHu), sendo uma publicação interdisciplinar entre os Departamentos de História e de Direito da PUC-Rio.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

De presos políticos a presos comuns: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento / Diego Galeano, Larissa Rosa Corrêa, Thula Pires (organizadores). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

316 p.; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-88831-13-7

1. Prisioneiros políticos. 2. Prisioneiros. I. Galeano, Diego. II. Corrêa, Larissa Rosa. III. Pires, Thula.

CDD: 365.4

Elaborado por Marcelo Cristovão da Cunha – CRB-7/6080

Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

Sumário

Prefácio <i>Diego Galeano, Larissa Rosa Corrêa e Thula Pires</i>	7
Perigoso agitador: as narrativas policiais e jornalísticas no caso Vacirca <i>Isabella Furtado Alves</i>	23
Um olhar para os presos comuns nas memórias dos presos políticos da Era Vargas <i>Priscila Sobrinho de Oliveira</i>	61
“Tratamento mais humano para as mulheres delinquentes”: encarceramento na Penitenciária Feminina da Capital Federal, anos 1940 <i>Camilla Caetano La Pasta</i>	93
Cárcere, presas políticas e gênero: os casos do Instituto Penal Talavera Bruce e do Presídio Tiradentes (1968-1979) <i>Ayssa Yamaguti Norek</i>	127
Vozes, narrativas e memórias de mulheres encarceradas: criminalização política no Brasil <i>Elaine Barbosa</i>	157
Agência de presos políticos: diferentes estratégias de resistência nos cárceres paulistas durante a ditadura militar <i>Andrea Siqueira D’Alessandri Forti</i>	193

Reformatório, campo de trabalho e colônia penal: o confinamento de indígenas na ditadura militar <i>Gustavo Simi</i>	225
Tortura comum: presos políticos, presos comuns e acusados de terrorismo na Argentina (1958-1962) <i>Sabrina Castronuovo</i>	255
Quem é o preso político da necropolítica? <i>Malu Stanchi e Thula Pires</i>	287
Autores	313

Um olhar para os presos comuns nas memórias dos presos políticos da Era Vargas

Priscila Sobrinho de Oliveira

Este capítulo busca construir uma análise da noção de preso político presente nos relatos de três obras autobiográficas de autores que sofreram prisão política: *Memórias* (1979), de Gregório Bezerra; *Caminhos Percorridos (memórias de militância)* (1982), de Heitor Ferreira Lima; e *Uma vida em seis tempos (memórias)* (1976), de Leôncio Basbaum. Essas memórias compõem um *corpus* documental e possuem em comum o fato de terem sido escritas por homens que foram presos no período que compreende o primeiro Governo Vargas, em razão da militância política. Enquanto presos políticos, os autores também compartilham trajetórias de prisão semelhantes, caracterizadas pela passagem por cárceres como a Casa de Detenção e as colônias penais insulares localizadas em Fernando de Noronha, litoral de Pernambuco, e Ilha Grande, litoral do Rio de Janeiro. Há também o fato de os livros terem sido escritos e publicados/republicados no contexto da Ditadura Militar (1964-1985) e de todos os autores terem atuado na militância de esquerda, tendo ocupado papéis de destaque no Partido Comunista do Brasil e na Aliança Nacional Libertadora – o que os levou a ter suas vidas completamente atravessadas pelos acontecimentos históricos do período.

Os relatos analisados são de experiências situadas durante a chamada Era Vargas (1930-1945), que tem início quando Getúlio Vargas sobe ao poder através da chamada Revolução de 1930 – um movimento armado que depôs o

presidente Washington Luís e impediu que o presidente eleito, Julio Prestes, assumisse o mandato. As eleições daquele ano foram responsáveis por determinar o fim da Política dos Governadores, um arranjo de poder não oficial entre o governo federal e as oligarquias estaduais, em que os representantes dos estados de São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder durante a Primeira República (1889-1930). Isso se deu quando o então presidente Washington Luís decidiu apoiar a candidatura de Julio Prestes, também oriundo das oligarquias cafeicultoras paulistas, em vez de um representante das oligarquias mineiras. Assim, houve uma reorganização das forças políticas contrárias a Washington Luís-Julio Prestes, com a formação da Aliança Liberal. Foi através desta coligação, que reuniu representantes de outras oligarquias, abrigou uma variedade de dissidências e indicava um programa de modernização do país, que Vargas concorreu como candidato à presidência e foi derrotado nas urnas (Vianna, 2003; Schwarcz e Starling, 2015).

Todo o longo primeiro Governo Vargas seria, então, marcado por contextos de efervescência política assim como o que o levou à presidência. Logo no início, durante o Governo Provisório (1930-1934), o presidente dissolveu as Assembleias Legislativas Estaduais e Municipais, substituiu os presidentes dos estados por interventores e impôs censura à imprensa de oposição, o que o fez enfrentar fortes movimentos oposicionistas em vários estados que exigiam eleições para os cargos executivos e a formação de uma Assembleia Constituinte, resultando na Revolução Constitucionalista. Ocorrida em São Paulo entre julho e outubro de 1932, esta guerra civil teve como consequência a prisão e o exílio de lideranças e militares paulistas derrotados, mas também a consolidação de uma aliança entre o presidente e as Forças Armadas, assim como a

convocação da Assembleia Constituinte em 1933 (Schwarcz e Starling, 2015: 361-366).

Apesar de não ter se envolvido diretamente com a movimentação em São Paulo, podemos atribuir a prisão de Heitor Ferreira Lima ao contexto de repressão a qualquer forma de dissidência durante os conflitos daquele ano. Enviado pelo Partido Comunista do Brasil com o objetivo de reforçar o trabalho de divulgação comunista nos estados da região, sua viagem pelo Nordeste havia começado por Recife ainda em 1931, mas também teria passado por Natal antes de chegar à capital cearense, onde foi preso quando tentava seguir para Teresina, capital do estado do Piauí. Da Casa de Detenção de Fortaleza logo foi transferido para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro e para a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande – de onde sai apenas em 1942 (Lima, 1982: 146-147).

Leôncio Basbaum também havia sido preso em São Paulo, meses antes da prisão de Lima – o que nos indica que a repressão política precedeu o conflito armado. Naquele momento, diversas categorias profissionais estavam em greve por melhores salários e direitos trabalhistas, mas também reivindicando que Vargas realizasse a Constituinte. Como membro do Bureau Político do PCB, Basbaum era encarregado de fazer um discurso durante uma reunião no Comitê de Greve do partido na sede do sindicato dos gráficos, localizado próximo à Praça da Sé, em São Paulo. Seu objetivo era incitar os grevistas a expandir os protestos, mas mal teve chance de começar seu discurso quando policiais à paisana invadiram o salão e o levaram preso, junto com outros militantes e sindicalistas. Passou um tempo no Presídio da Liberdade, em São Paulo, mas logo foi enviado para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro e em seguida para a Colônia

Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande (Basbaum, 1978: 123-126).

Basbaum e Lima foram vítimas da repressão durante o Governo Provisório, momento em que Vargas governava por decretos. Os outros dois autores, Gregório Bezerra e Agildo Barata, são presos em 1935 (em 1934 Vargas havia promulgado a nova Constituição e sido eleito por voto indireto), por conta de suas atuações em posições de liderança nos levantes ocorridos em quartéis do Recife (capital de Pernambuco) e na então capital Rio de Janeiro, sob o comando da Aliança Nacional Libertadora.¹ Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, ambos passaram cerca de dez anos em privação de liberdade, sendo libertados apenas com a Lei de Anistia de 1945.

Os levantes de novembro de 1935 tiveram como resultado a prisão dos sujeitos que participaram diretamente, mas também de grande parte dos membros da ANL e do PCB. O período se seguiu a uma intensificação da perseguição aos comunistas e simpatizantes da causa, inclusive com a criação da Comissão de Repressão ao Comunismo, em dezembro de 1935.

Assim, o ano de 1935 marca o sucesso da desmobilização da esquerda no país, com a maior parte dos militantes presos, quando não sem processo, condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional. As cadeias ficaram superlotadas e

¹ A Aliança Nacional Libertadora foi uma organização liderada pelo Partido Comunista do Brasil que reuniu militantes de diversas correntes de centro e esquerda com o objetivo de se constituir como uma frente popular em oposição ao imperialismo e ao integralismo. Os levantes organizados pela ANL ocorridos em quartéis das cidades do Rio de Janeiro, Recife (Pernambuco) e Natal (Rio Grande do Norte), em novembro de 1935, ficaram conhecidos como Intentona Comunista.

navios da Marinha foram transformados em prisões flutuantes para dar conta de tantos presos políticos. Além disso, foram um pretexto importante para a aprovação do estado de sítio ainda naquele mês de novembro e o contínuo fechamento do regime, culminando na institucionalização da ditadura com o Golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, suspendendo a Constituição de 1934 e as eleições que estavam previstas para o ano de 1938 (Schwarcz e Starling, 2015: 372-375).

Elizabeth Cancelli argumenta que “o sistema penitenciário assumia gradualmente, depois de 1930, seu papel radicalizador: colocar sob a exclusão do mundo dos vivos certas categorias da população” (1993: 180). Apesar do estado de exceção imposto pelo governo de Getúlio Vargas, as categorias excluídas e legadas aos espaços penitenciários não eram homogêneas e os indivíduos não se mantinham estáveis e imutáveis ao longo da experiência prisional. Longe de serem objetos inertes dentro de uma ordem repressiva que buscava os imobilizar por completo, os presos comunistas demonstram papel ativo no processo de elaboração e reelaboração das categorias de “preso político” e “preso comum” e do imaginário sobre as prisões. A narrativa dos autores mostra vestígios da vida social encontrada e vivida pelos autores no cárcere, mostrando que, apesar do aparato político-repressivo, os sujeitos desenvolviam estratégias de sobrevivência social e de ampliação das margens de liberdade dentro das possibilidades encontradas e negociadas com as autoridades estatais dentro da prisão.

Levando em conta o contexto repressivo em que se passam as vidas relatadas pelos autores, o objetivo deste texto é realizar uma leitura das referidas fontes autobiográficas e memoriais tendo como foco a análise das perspectivas dos

autores sobre as prisões em que estiveram durante a Era Vargas e sobre os sujeitos com os quais travaram relações naqueles espaços, na intenção de esclarecer a construção da categoria de preso político. Philippe Artières afirma que a prisão, por vezes, constitui-se como uma “fábrica de textos”, visto que a escrita é uma atividade à qual indivíduos presos frequentemente dedicam boa parte de seu tempo no cárcere (Artières, 2000). Escritos da experiência prisional, como crônicas, cartas, memórias, autobiografias nos mostram o quanto os sujeitos privados de liberdade mantêm uma relação ativa com o mundo exterior.

Há autores que defendem que todo crime seria um crime político – logo, todo preso seria um preso político – no sentido de que qualquer crime é uma violação das leis criminais, que derivam de um processo político e servem como instrumento de defesa de um certo sistema de valores. Porém, a maior parte dos criminologistas se distancia desta perspectiva, acreditando que existem distinções entre os crimes políticos e os crimes ordinários no que concerne às suas diferentes motivações, formas e contextos de ocorrência (Hillyard, 2001: 211-212).

Levando isso em conta, é necessário sublinhar que não partimos de uma noção autoevidente de preso político ou de crime político baseada na legislação, pois dois dos autores que aqui analisamos não tiveram sequer processo criminal formal (Heitor Ferreira Lima e Leôncio Basbaum) e os outros dois (Gregório Bezerra e Agildo Barata) foram julgados com base na Lei de Segurança Nacional no Tribunal de Segurança Nacional, uma corte de exceção. Por isso, partimos do pressuposto de que “preso político” é uma categoria historicamente situada, contextual e relacional, na qual as suas

características vão ser construídas com relação ao contexto e aos atores envolvidos.

Os autores das memórias, enquanto atores históricos, buscam dar sentido a essa noção a partir da própria experiência, participando das disputas de significado em torno da prisão política. Ao relatar suas vidas, estes autores construíram narrativamente a categoria de preso político como uma identidade intrínseca às suas experiências de prisão. Essa construção narrativa não parte apenas da existência de uma legislação especial que criminaliza a prática política que atenta contra a ordem estabelecida pelo regime Vargas, mas tem sua formulação a partir da experiência cotidiana da prisão e na construção narrativa do relato.

Como, ao narrar as experiências de prisão política que viveram, os autores acabaram por construir uma identidade para si através da categoria de preso político que emulavam? Além de serem definidos pelas autoridades estatais, policiais e prisionais como presos políticos, estes homens compreendiam a si mesmos como tais. Ao fazê-lo, como acabaram por construir uma imagem do outro, de forma dialética, oposta à imagem que construíram para si? Buscamos, assim, perseguir e compreender estas questões nas narrativas de memória já referidas. Nossa hipótese é que os autores elaboram para si uma identidade de preso político que, de forma dialética, tem na categoria de preso comum a imagem do seu outro. A alteridade tem um papel central na dinâmica de construção da identidade em relação à experiência prisional. Significa dizer que, para o militante de esquerda, quando na prisão se identifica como preso político, o seu outro oposto é o preso comum, cuja imagem é depreciada e denunciada como fruto de degeneração moral e social.

Nossa análise divide-se em duas partes. A primeira dedica-se ao exame da noção de “coletivo” e como esse termo é articulado na narrativa da experiência prisional e na maneira como os autores descreveram a si mesmos e aqueles que identificam como iguais. A segunda parte busca compreender a imagem do outro visto como contrário de si, projetada pelos presos políticos nos presos por crimes ditos comuns.

O Coletivo: um organismo democrático na prisão

Agildo Barata afirma que “um dos aspectos mais característicos da vida presidiária dos presos políticos de esquerda é a existência do ‘Coletivo’. Tão depressa são encarcerados, os esquerdistas passam a organizar o Coletivo” (1978: 310). Mais do que comunista, Barata definia a si mesmo como um revolucionário e, por isso, a política tinha papel central na sua vida. Tanto ele quanto os outros autores encaravam a militância de forma orgânica, entendiam-na como parte da sua natureza, ao ponto de o encarceramento causar modificações na sua dinâmica, porém sem decretar sua interrupção completa.

O coletivo e as atividades relacionadas a ele são apontados como uma questão importante em todas as obras, pois era a forma que os militantes de esquerda encarcerados encontravam para não deixar de sê-lo mesmo dentro das limitações prisionais. Da mesma forma que o coletivo é uma organização que emulava a organização partidária dentro da prisão, tornando a militância possível, a prisão deveria se transmutar em mais um espaço de socialização da militância para aqueles homens. A construção da identidade do preso político de esquerda passa necessariamente pela forma como eles articularam essa ideia à experiência cotidiana

de organização na prisão. Por conta disso, faz-se necessário analisar essa categoria, desessencializando-a.

O coletivo funcionaria como “um organismo democrático: os cinco membros de sua diretoria eram mensalmente eleitos. E podemos afirmar: de 1935 a 1945 o único lugar onde havia democracia, no Brasil, e onde se realizavam eleições era nos presídios políticos onde a ditadura confinava os presos políticos da esquerda” (Barata, 1978: 311).

Gregório Bezerra também se refere ao coletivo como um organismo democrático e descreve como essa democracia operava dentro da prisão:

Nossa eleição bimensal do coletivo para a direção era democrática. A direção que saía apresentava a chapa oficial, mas a massa tinha o direito de propor emendas ou mesmo modificar toda a chapa oficial. Cada direção que saía promovia a reunião de todos para a votação. Depois da votação e da apuração, servia-se uma boa ceia. Era uma pequena festa, em que não faltavam piadas e humor, o que muito alegrava o pessoal. Todas as eleições eram acompanhadas de uma prestação de contas correspondente aos dois meses em atividades. (Bezerra, 2011: 279)

A qualidade democrata atribuída ao coletivo era sempre relacionada a uma crítica ao regime autoritário de Getúlio Vargas, que se manteve durante quinze anos no poder e promoveu uma repressão que, dentre inúmeras consequências, lotou os presídios do país de presos políticos. A democracia na prisão era realizada através das eleições para a direção do coletivo, isto é, um sistema no qual os presos exercitavam seu direito de escolher representantes, mesmo que estes tivessem um governo limitado ao grupo de presos políticos. Dentro desse exercício democrático intramuros, havia também a

oportunidade de discordância entre a população prisional e os antigos líderes, com a possibilidade de o dissenso se tornar uma mudança concreta, pois o coletivo tinha o poder de “modificar toda a chapa oficial” caso a direção não estivesse cumprindo com o seu papel atribuído coletivamente.

Significa dizer que os presos comunistas construíam dentro da prisão um espaço para o dissenso político e o exercício de direitos políticos que não encontravam no contexto político brasileiro de então. Podemos também notar que o momento democrático dentro do coletivo era uma oportunidade de exercício da militância política, não só por conta da votação para a nova direção, mas também pela “prestação de contas” dos dirigentes que deixavam o cargo. Além disso, era uma ocasião para uma socialização mais descontraída pois, como relata Bezerra, a eleição era acompanhada de uma “pequena festa”, momento que “muito alegrava o pessoal”.

Ao se referir ao tempo em que esteve na Casa de Detenção, Gregório Bezerra afirma que o coletivo dos presos de esquerda ali tinha duas organizações: uma de massa, a Comissão Central dos Coletivos (CCC), e outra partidária, que orientava a primeira e cuidava das questões políticas. Bezerra teria atuado como presidente da primeira organização e como membro do secretariado da direção política.

Em outros termos, Heitor Ferreira Lima mostra como os presos comunistas se inspiravam nas estruturas hierárquicas do PCB e da ANL e as reproduziam, ao narrar que o coletivo e a célula do PCB não se confundiam, pois “a célula do Partido reunia-se separadamente, composta só por comunistas, abordando temas políticos e dirigindo o coletivo” e que este era composto “de [um] ajuntamento de comunistas e simpatizantes, vivendo e atuando separadamente dos presos comuns, malandros da pior espécie”.

A fala de Ferreira Lima denota também que havia uma separação no cotidiano prisional entre os presos políticos e os presos comuns que ia além da diferença de categorias de crimes nas quais foram condenados – exploraremos isso mais adiante. Mas o que podemos perceber até aqui é que os presos políticos de esquerda tentavam reproduzir na prisão as estruturas partidárias e a experiência de militância que vivenciavam antes em liberdade. O coletivo não era um partido, mas operava como o PCB, era parte dele e da sua rede de sociabilidade. Para esses autores, então, a noção de democracia não era necessariamente contraditória à hierarquia partidária até certo ponto rígida se lembrarmos que o Partido Comunista do Brasil de então era diretamente influenciado pela União Soviética stalinista.

Os autores apontam que o coletivo enquanto organização tinha como propósito a realização de algumas funções e atividades dentro do cárcere. Barata afirma que, logo ao ser formado, o coletivo “passa[va], então, a coordenar as atividades dos presos políticos de esquerda e a representá-los nas inevitáveis relações com as administrações dos presídios” (1978: 310). Mostrando, então, que o coletivo tinha origem na necessidade de os presos políticos serem vistos enquanto um conjunto coeso diante das autoridades prisionais – e aqui já constatamos uma primeira alteridade.

Por sua vez, Leôncio Basbaum aponta que havia grande importância atribuída à função de manter os presos políticos como militantes ativos quando narra que, logo ao chegar à Casa de Detenção do Rio de Janeiro após transferência, os presos trataram de organizar o coletivo, “composto de cinco pessoas, e de distribuir o tempo, marcando horas de discussão e estudos teóricos para os que quisessem: marxismo, situação brasileira, União Soviética, socialismo etc.” (1978: 127).

Se para estes homens as ideias deveriam orientar e dar forma à prática política, podemos concluir que o coletivo deveria exercer a função de organizar o cotidiano prisional de forma que o tempo encarcerado não fosse desperdiçado sem atividades políticas, pois era isso que dava sentido à vida de militante. O tempo no cárcere deveria valer como aprendizado político para aqueles indivíduos que tinham consciência de viver sempre sob a possibilidade de repressão política e de uma nova prisão. Barata menciona as funções de “coordenar as atividades” e representar os presos políticos “nas inevitáveis relações com a administração dos presídios”, dando a ver que havia uma dinâmica de atividades cotidianas realizadas pelos presos e que as relações que travavam com os outros na prisão dependiam de uma mediação que se tornava possivelmente menos desequilibrada quando feita de forma coletiva.

As atividades realizadas pelo coletivo tinham naturezas diversas. Acima, Basbaum fala sobre as “horas de discussão e estudos teóricos”, que se encaixariam na categoria de atividades que tinham cunho pedagógico e político. Barata relata a existência do que chama de “Universidade do Coletivo” na qual “o Coletivo organizava cursos de humanidades, começando por liquidar o analfabetismo. (...) Havia cursos de Filosofia, de Economia Política e cursos de História Universal e do Brasil”. O autor também afirma que ocorriam conferências “de nível bastante elevado e realizadas por conferencistas de notável saber” e cita lideranças políticas e intelectuais dentro da esquerda como Maurício Medeiros, Hermes Lima, Castro Rabelo, Leônidas Rezende, Rodolfo Ghioldi e Frederico Carpenter (1978: 311-312). A necessidade de estudos teóricos e discussões sobre diversos temas era fruto tanto de uma necessidade de manter ativas as

ideias que mobilizavam a militância prática quanto da presença de presos políticos que antes atuavam como intelectuais e professores universitários.

Bezerra demonstra que, apesar da privação de liberdade, a prisão não os tornava alheios ao mundo ao contar que, em Fernando de Noronha, os presos políticos acompanharam “com atenção e entusiasmo” as notícias da Segunda Guerra Mundial no rádio clandestino. E que a notícia sobre “o pacto de não agressão entre a URSS e a Alemanha nazista deu motivos a muitas conferências políticas de nosso querido camarada Rodolfo Ghioldi e de outros camaradas de nosso Coletivo”, mostrando que uma vida política e social dentro da prisão insular continuava ativa e adaptada às possibilidades disponíveis ali (Bezerra, 2011: 279).

Havia também atividades de caráter recreativo organizadas pelo coletivo, nas quais se encaixavam as ocasiões em que os presos produziam algum entretenimento para seu próprio grupo, mas mesmo estas não eram alienadas do caráter político e militante. Bezerra conta que os presos políticos em Fernando de Noronha organizaram festejos natalinos e juninos, visando a “três objetivos: o econômico, o político e o recreativo”. Entendiam dessa forma provavelmente porque as festas se mostravam momentos em que os presos políticos podiam, além de se divertir, comercializar o que produziam, acumulando algum dinheiro, e também exercitar sua militância política, através da socialização com outros presos, funcionários e moradores da ilha.

O autor também relata a criação de um time de futebol dos presos políticos chamado “Os Diabos de Fernando”, e Barata enfatiza o quanto o teatro e a música eram importantes formas de entretenimento para fazer o tempo passar, ao contar sobre como os presos políticos compunham e

entoavam músicas que iam desde marchinhas de Carnaval a “marchas patrióticas revolucionárias” (Bezerra, 2011: 277; Barata, 1978: 312-313).

Levando em consideração a ilusão biográfica intrinsecamente presente na construção dessas narrativas de si e a necessidade de reafirmar que a coerência e a harmonia reinavam entre os presos políticos, ainda sim as narrativas nos mostram que as interações sociais mediadas pelo coletivo compunham caracteres de uma vida social dentro da prisão que, de certa forma, pode ser definida como viva e intensa. Essa intensidade atribuída à vida social prisional exprime que os sujeitos encarcerados conseguiam desenvolver estratégias para aumentar suas margens de liberdade dentro da prisão, apesar da vigilância e do aparato coercitivo montado pelo Estado totalitário do regime Vargas.

Os bens enviados aos presos pelos familiares eram também uma responsabilidade do coletivo, que os distribuía entre todos supostamente por igual. Há aqui a responsabilidade de cuidar da subsistência dos presos políticos menos favorecidos e, por vezes, também de seus familiares. Ao comentar sobre isso, Bezerra diz: “Éramos uma grande família. Tudo era de todos, principalmente daqueles que mais necessitavam, não só de alimentação como os remédios, vitaminas etc”. Em Fernando de Noronha, os presos políticos que adoeciam recebiam reforço na alimentação, como mais leite e mais proteína, de que os presos saudáveis abriam mão, para que recuperassem a saúde o mais rápido possível.

Mais adiante, o autor também relata que os objetos produzidos por eles na oficina de artesanato que criaram na Ilha Grande eram vendidos e com “o lucro da seção de vendas e a pequena ajuda dos amigos, suplementávamos as nossas refeições (...); comprávamos remédios para os que

necessitavam, fornecíamos papel, envelope e selos para sua correspondência e ainda fornecíamos à família dos companheiros mais necessitados uma média de 150 a 200 mil-réis por mês, a cada uma delas” (Bezerra, 2011: 276, 290).

Além da responsabilidade de “cuidar e distribuir equitativamente o que tínhamos (cigarros, doces, café)”, bens que em geral eram enviados pelos familiares, o coletivo era incumbido de “evitar ou desfazer descontentamentos” que porventura pudessem ocorrer entre os presos e manter um ambiente de paz, sem conflitos (Lima, 1982: 167). Significa dizer que, mesmo sendo “como uma grande família”, como afirma Bezerra, a convivência diária durante anos não era completamente sem conflito, mas que o coletivo deveria atuar como mecanismo de resolver qualquer possível atrito. O surgimento de mal-entendidos, brigas e discussões demonstra que, por mais coeso que se mostrasse enquanto coletivo diante da administração prisional, a organização não era completamente impermeável às tensões e conflitos. Antes, funcionava como uma tentativa de evitá-los e resolvê-los quando necessário, buscando conformar o cotidiano prisional de maneira que os presos políticos tivessem uma experiência de clausura o mais parecida possível com a experiência de militância fora da prisão, que também não era livre de conflitos.

Havia também uma necessidade de manter a coesão do grupo frente às autoridades prisionais. Assim, em caso de greves, reivindicações de melhorias e reclamações, o coletivo funcionava como uma estratégia de comunicação formal, mediação e negociação entre eles e o outro que antagonizavam, que podia ser a instituição carcerária, os guardas e os outros presos. Por conta disso, Barata (1978: 313) afirma: “Como era natural, o Coletivo era odiado pelas administrações dos

presídios. Estas não o reconheciam e sempre que podiam (e elas podiam sempre) agrediam com a maior violência aquele organismo que assegurava a nossa coesão e que, assim, reduzia, em muito, os efeitos dos golpes desumanos e terroristas dos selecionados carcereiros da ditadura”.

A interação entre presos e autoridades prisionais era conflituosa e violenta e demandava negociação com aqueles homens que eram vistos como agentes da força e da repressão, representantes diretos do governo responsável pelo seu encarceramento. Um outro que é oposto por ser representante do inimigo direto, Getúlio Vargas. Diante deles, fazia-se necessário ao coletivo que mantivesse “a unidade entre os presos, impedindo que os carcereiros utilizem a força que possuem para mais oprimir os presos se estes se apresentarem desunidos” (Barata, 1978: 310).

Porém, além da alteridade clara e direta presente na imagem dos guardas e funcionários administrativos da prisão, os autores constroem a imagem de um outro. Os presos por crimes da chamada justiça comum têm uma imagem construída narrativamente bastante singular. Esta é colocada em um espaço oposto a toda ideia de heroísmo presente na imagem de preso político que os autores constroem para si, pois percebem a si como homens que dedicaram toda sua vida à causa política e que, mesmo dentro da prisão, não se deixaram abater pela repressão e continuaram organizados. Não tendo suas posições políticas e convicções abaladas, os autores se enxergam como heróis nacionais, revolucionários, exemplos de militância e de humanidade. Os homens presos por quaisquer outros motivos que não suas convicções que orientam a militância por um mundo melhor são então definidos como “malandros da pior espécie”. E é sobre isso que nos detemos agora.

“A promiscuidade com a mais baixa categoria da malandragem”: a perspectiva sobre os presos comuns

Durante a primeira vez em que esteve preso (aos 17 anos, por conta de participação nas greves de 1917) na Casa de Detenção de Recife, Gregório Bezerra descreve o episódio de tentativa de estupro que viveu. Quando recebeu ordem de mudar para uma cela onde cumpriam pena alguns presos conhecidos naquela prisão como *pederastas*, afirmou que “preferia morrer a *me desmoralizar* e que me defenderia até a morte”. Para tanto, ele se preparou, escondendo uma faca peixeira na nova cela. “Às sete horas da noite, quando terminamos o serviço do rancho dos meninos, fomos recolhidos à cela. Tomei banho, supondo ser o último da minha vida. Voltei ao cubículo. Fumei um cigarro e deitei-me”. Depois, conta:

Ricardo [o referido preso pederasta] entrou, fez café, ofereceu-me. Não respondi nada. O coração batia. Estava sofrendo um drama dos mais horríveis em minha vida. (...) Ele continuou passeando pela cela. Tomou mais uma xícara de café e fumou mais um cigarro e, supondo-me dormindo, passou a mão no meu peito. Levantei-me bruscamente e dei-lhe um soco com toda a força na cara. O sangue espirrou do nariz e atraquei-me com ele, que escorregou e caiu com a cara em cima da privada. Eu ia tirando a faca que havia escondido atrás do cano de esgoto, quando ele gritou por socorro. Os guardas ouviram os barulhos e os gritos, abriram a grade, entraram na cela e nos separaram. Fui transferido para a cela número oito da mesma galeria. (Bezerra, 2011: 168)

Este trecho das *Memórias* de Bezerra é emblemático ao apresentar as noções de honra presentes tanto na sua narrativa quanto nas dos outros autores. Para Bezerra, lutar até

morrer aparece como uma possibilidade mais aceitável do que sofrer assédio nas mãos do preso que qualifica como pederasta. Notemos que o que o preocupava não era exatamente a possibilidade de sofrer a violência; sua preocupação tinha raízes na crença de que passar por isso atingiria a sua honra enquanto homem e o desmoralizaria diante de seus pares. Por isso, entre morrer e se desmoralizar, o autor afirma preferir a primeira opção.

Como já argumentamos, os autores enxergam na sua experiência de militância e de prisão política uma imagem de heroísmo, pois se pensam como homens que sacrificaram suas vidas pessoais em razão da causa política e que, por isso, sofrem a pena de prisão. Quando narram sobre a experiência no cárcere, esta é descrita como um sofrimento que foi vivido bravamente, pois não foi suficiente para abater o preso político, antes acabou por tornar mais fortes as suas convicções políticas e sua militância. Os nomes dados aos capítulos das memórias de Heitor Ferreira Lima e Leôncio Basbaum são exemplares ao anunciar as experiências de prisão como parte dos anos de maior intensidade de suas militâncias, “Anos duros de combate” e “Os Tempos Ásperos”, respectivamente. Nesta imagem de heroísmo, estão correlacionadas a importância da militância política e a retidão moral, afinal alguém que abdica de suas realizações pessoais em prol de um ideal e padece sofrimentos por isso automaticamente é visto como alguém que se importa com o mundo e com as pessoas, sendo também e, portanto, automaticamente um bom ser humano.

A construção da própria imagem passa pela construção da imagem do outro. Por contraposição, como um espelho invertido. Logo, se a imagem que constroem para si mesmos é de heroísmo e retidão moral, os presos políticos são como

o contrário de um outro, cuja imagem constroem para se contrapor. Nas obras, esse outro aparece principalmente na imagem que tecem dos presos por crimes ditos comuns. Em um movimento subjetivo e dialético, os presos políticos enxergam os outros sujeitos como o seu completo oposto, como seu polo negativo. Por conta disso, os presos por crimes ditos comuns são narrados como sujeitos completamente degenerados, mergulhados na mais completa promiscuidade e baixa moral.

Em *Vida de um revolucionário (memórias)*, Agildo Barata, ao narrar sua prisão por participação nos levantes da ANL, protesta por ter sido enviado para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro: “este presídio era destinado a detentos da justiça comum e, assim, desde os primeiros dias de nossa prisão, a ditadura getulista evidenciava seus propósitos de relegar ao mais absoluto desprezo, qualquer respeito à nossa situação de presos políticos” (Barata, 1978: 303). O autor posiciona o desprezo das autoridades estatais pelos participantes do movimento comunista não na repressão ou no ato de prisão em si, mas no fato de terem sido enviados para um presídio que não era exclusivamente destinado à prisão política. Marcos Bretas (2009: 185-214), ao analisar narrativas sobre as prisões do Rio de Janeiro, demonstra que, desde os primeiros presos políticos do Brasil republicano, podemos identificar discursos estigmatizados sobre os presos comuns presentes na crítica que fazem, não à instituição penitenciária, mas à sua própria prisão quando reclamam o fato de terem sido tratados como presos comuns ou de terem ocupado os mesmos espaços de clausura que estes.

Basbaum (1978: 134) afirma que “aquilo que tínhamos no presídio, era positivamente a escória da humanidade: ladrões tipo pé de chinelo, vagabundos, bêbados, pederastas

e até mesmo débeis mentais, como logo descobrimos”. O autor generaliza, considerando todos os homens condenados por motivos não políticos como seres humanos de uma categoria inferior, pois seriam ladrões e malandros. A inferioridade seria provada, inclusive, pois um preso político havia sido roubado dentro da prisão. Da mesma forma que um militante não deixava a política no exterior da prisão, era de se esperar que um ladrão também não deixasse de cometer roubos ao ser encarcerado, pois tais práticas, apesar de completamente diferentes, são entendidas pelos autores como naturais e orgânicas, como parte da identidade daquele outro. Basbaum vai mais longe, ao enumerar o que eram os presos que ele qualifica como “escória da humanidade”, ao equiparar “ladrões, vagabundos, bêbados, pederastas e débeis mentais”, como se estas categorias fossem equivalentes.

Se na imagem que constroem para si o heroísmo político e a retidão moral estão correlacionados como as qualidades intrínsecas que teria o preso político, no preso comum aparecem correlacionados ao fato de ter cometido qualquer crime dito comum e a suposta baixeza moral de sua humanidade. Para o preso político, que tem como motivo de seu encarceramento a prática política injustamente criminalizada, não existe possibilidade de compreender o indivíduo que comete um crime senão pelas suas falhas de caráter ou pela sua natureza humana inferior, o que demonstra ironicamente que aqueles homens que tinham a política como centro das suas vidas possuíam uma profunda dificuldade de compreender as implicações políticas e sociais relacionadas à criminalidade.

Podemos crer que a origem para o estigma e o preconceito dos presos políticos em relação aos presos comuns está na diferenciação que Karl Marx faz para os conceitos de

proletariado e lumpemproletariado e que permeia por muitas décadas o pensamento da esquerda, principalmente se levarmos em conta que nas décadas de 1930 e 1940, o stalinismo exercia uma influência fundamental na militância. Para Marx, a classe trabalhadora era uma unidade, o proletariado, e apenas ela teria por natureza a capacidade de realizar a revolução. À massa amorfa composta por mendigos, criminosos e prostitutas, Marx atribuía o nome de lumpemproletariado, um estrato social de trabalhadores precarizados que inspirava desconfiança pois suas condições de vida “preparam-na bem mais para o papel de instrumento subordinado de intriga reacionária” (Van der Linden, 2001: 87-94).

Existe também uma classificação moral hierárquica na maneira com os autores descrevem os presos comuns. A maior baixa moral e as piores falhas de caráter eram relacionadas aos presos comuns que apresentavam um comportamento sexual desviante da normatividade heterossexual. Assim, os homens que praticavam sexo com outros homens dentro da prisão eram referidos como *pederastas* e vistos como seres mais inferiores que os outros, que eram apenas ladrões, assaltantes, assassinos.

Por conta dessa associação, a conduta sexual dos presos por crimes ditos comuns dentro da prisão é o incômodo central na imagem construída pelo preso político de seu outro. O incômodo que os indivíduos presos de esquerda demonstram quanto às práticas homossexuais que presenciavam no cárcere é significativo, pois denota que, apesar de politicamente progressistas e revolucionários, mostram-se extremamente conservadores no que diz respeito à sexualidade que foge à heteronormatividade, algo muito próximo do notado por Lynn Hunt, quando analisa os revolucionários franceses e a forma estigmatizada como atacavam a

moral sexual da corte e da família real como comportamentos permissivos (Hunt, 1999: 329-370).

Caulfield e Schettini (2017), em trabalho que busca mapear como operaram as relações de gênero e sexualidade no Brasil após a Independência, demonstram que, durante o regime Vargas, de 1930 a 1945, a homossexualidade assim como os direitos dos trabalhadores e das mulheres foram temas de intenso debate. Porém, ao mesmo tempo, a sexualidade continuou a ter um traço extremamente patriarcal e racializado. Tal argumento fornece-nos uma pista para compreender a mentalidade dos autores enquanto homens de seu tempo. As autoras argumentam que Vargas, inspirando-se na interpretação de Gilberto Freyre sobre a miscigenação brasileira, acabou por propagar a noção de “brasilidade” que negava as diferenças raciais e exaltava a honra masculina do trabalhador brasileiro. Para tanto, utilizou a sua própria imagem de maneira paternalista ao se referir a si mesmo como “pai do povo” e ao representar seu estado corporativista através da metáfora da família patriarcal tradicional enquanto promovia a autoridade masculina da classe trabalhadora em mensagens sobre família e honra nacional.

Mesmo sendo oposição a Vargas, como homens do seu tempo, os autores teriam internalizado as noções de honra e autoridade masculinas promovidas naquele contexto entre a classe trabalhadora e essas lentes corroboravam as críticas que teciam aos companheiros de cárcere. Tais noções têm raízes que operam na sociedade brasileira desde os tempos coloniais e, por isso, levavam os presos políticos a julgar de forma negativa a prática de atividades sexuais que fugissem da normatividade heterossexual característica do patriarcado. Assim, as práticas sexuais entre homens que se encaixavam na categoria de preso comum, portanto, são sempre

qualificadas como promíscuas, depravadas, vulgares, mas pode ser interessante buscarmos depreender das narrativas dos presos políticos algumas chaves de entendimento utilizadas por eles para explicar o comportamento sexual desviante dos presos comuns.

Ao contar sobre a experiência de prisão na Ilha Grande, Heitor Ferreira Lima afirma:

(...) a Colônia Correccional [de Dois Rios] era o presídio mais abjeto que havia, para onde mandavam a escória da malandragem, como os ladrões de todos os tipos: batedores de carteiras, ventanistas, descuidistas, arrombadores, assaltantes e ainda assassinos, pederastas, débeis mentais, valentões de toda espécie, enfim, gente sem o menor sentimento humano nem escrúpulo ou qualquer consideração pelos outros e ainda com trabalhos forçados e sujeitos a constantes surras com vara de marmelo. (Lima, 1982: 163, 164)

Se para Basbaum os presos por crimes ditos comuns eram a “escória da humanidade”, podemos notar que, para Lima, eles não se constituíam como algo muito melhor, sendo qualificados como a “escória da malandragem”. Porém, da mesma forma que o primeiro, este autor coloca na mesma categoria os indivíduos que se encontram na prisão por terem sido condenados por crimes como assalto e assassinato com “pederastas, débeis mentais, valentões”.

A pederastia, como era entendida a prática de relações sexuais entre homens, era vista por eles de uma forma criminosa, apesar de ter deixado de ser tipificada como crime no Código Criminal de 1830, ainda no Brasil imperial.²

² A homossexualidade deixou de ser crime com o Código Criminal de 1830, mas homens que praticavam sexo com outros homens continuaram a sofrer repressão policial nas décadas subsequentes e mesmo no

Também a “valentia” aparece aqui como uma prática criminosa, assim como a debilidade mental. A primeira provavelmente se referia a indivíduos que tinham algum papel de liderança dentro da prisão, conquistada através do uso da força; a segunda demonstra a maneira preconceituosa e estigmatizada com que as pessoas com deficiências mentais eram vistas.

Mais à frente, Lima continua o relato sobre os presos comuns, mas abandona o argumento moralista e passa a relacionar a falta de higiene no cárcere com os roubos de objetos de higiene pessoal que pertenciam aos presos políticos e com a prática da pederastia, deixando claro o horror e a repulsa que sentia por conviver com os presos comuns e por escutá-los tendo relações sexuais. Vejamos:

(...) O mais repulsivo, contudo, era a promiscuidade com a mais baixa categoria da malandragem. Viviam sujos, quase sem banhos, exalando mau cheiro, cuspiendo e escarrando em qualquer lugar, roubando tudo o que podiam: sabão do nosso uso, escova de dentes, o que nos obrigava a mantê-los continuamente nos bolsos, não possuindo qualquer reconhecimento humano, parecendo mais animais do que gente. A pederastia, muito disseminada, se praticava à noite, debaixo de nossas “camas”, ouvindo-se o ruído, suspiros, gemidos, com homens mais velhos, metidos a valentões, que durante o dia e no trabalho os tratavam com cuidado, conseguindo-lhes café, cigarros, pão com manteiga, defendendo-os nas

século XX. Era frequente, durante as décadas de 1930 e 1940, que homossexuais fossem enquadrados nos Artigos 282 do Código Penal (ultraje público ao pudor) ou no Artigo 399 (vadiagem) do Código Penal de 1890, principalmente quando as práticas sexuais entre homens ocorriam em espaços públicos. Ver: GREEN, James. *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000, p. 156.

ocasiões de brigas, chamados por isso de “esteios”. Em sua totalidade provinham dos abrigos de menores, onde se viciaram. Aquela convivência tornava-se chocante, brutal, repugnante mesmo. (Lima, 1982: 168, 169)

Novamente, o autor atribui ao preso comum a responsabilidade por ter caído em desgraça, em vez de compreender a falta de higiene dos presos comuns como parte de um problema estrutural, em que a prisão não era um espaço que oferecia as condições sanitárias necessárias e básicas e que, diferentemente dos presos políticos que em geral tinham suporte de suas famílias e do PCB, os presos comuns por vezes acabavam abandonados à própria sorte. Além disso, ele apresenta outro tema recorrente quando se trata da prática da pederastia, que é o fato de presos mais velhos e mais fortes forçarem presos mais novos e mais fracos ao ato sexual.

A relação entre presos mais novos com presos mais velhos aparece no relato acima como algo no qual os primeiros se viciaram ainda quando eram menores de idade. É recorrente a referência às práticas de sexo entre homens como vício, assim como aos praticantes como viciados. Por isso, a orientação e a identidade sexual dos presos que praticam a pederastia não são uma questão e a explicação dos presos políticos é simplista: eles foram forçados a praticar sexo com homens mais velhos e mais fortes e acabaram viciados nisso. A dicotomia entre esses dois tipos de presos é sempre exposta como desigual e desequilibrada: presos mais velhos são sempre qualificados como mais fortes e utilizam a força para aliciar os presos mais novos, que são descritos como mais fracos também. A prática sexual entre esses presos é vista como uma troca de favores, em que sexo é permutado em proteção dentro da prisão.

Madame Satã, figura que ficou muito conhecida como malandro da Lapa nas primeiras décadas do século XX e que cumpriu pena na Ilha Grande, onde fixou residência ao ser libertado, comenta sobre esses temas em entrevista ao *Pasquim*. Quando Millôr Fernandes lhe pergunta sobre o que pensa acerca do cantor Osvaldo Nunes, que afirmava que seu “homossexualismo” [sic] foi adquirido na prisão, onde teria sido violentado, Satã diz que isso é

Conversa-fiada, é mentira. É mentira porque na cadeia ninguém faz isso no peito. Tirei 27 anos e oito meses de cadeia e nunca vi ninguém fazer isso no peito. Fazem por livre e espontânea vontade porque querem fazer. Quando eu fui para a cadeia já era pederasta, já era viciado, nunca fiz isso no peito. (Jaguar, 1976: 153)

Na fala de Satã, “fazer isso no peito” tem como significado fazer sexo com outro homem à força; sendo assim, ele contradiz os presos políticos quanto à existência do estupro na prisão, afirmando que os homens que praticavam a pederastia faziam-no por livre escolha. Ao ser questionado em seguida sobre a prática de a homossexualidade ser um vício, Satã diz que “para uma parte [dos presos que praticam] é” mesmo, mas continua dizendo que isso não acontecia de maneira forçada, que quem praticava o fazia por “livre e espontânea vontade”, mas também em troca de determinadas regalias que outros presos poderiam lhe proporcionar.

Mesmo no tempo do xerife só se viciava quem queria. O sujeito chegava lá, filho de papai e mamãe, tinha o olho grande, apanhava o cigarro do chefe do alojamento, comia a comida do chefe do alojamento porque queria comer uma comidinha melhor, queria dormir na manta do chefe do alojamento, queria tomar banho com o sabão do chefe do alojamento, ora... (Jaguar, 1976: 154)

Basbaum nota essa relação de troca de favores que envolvia a conduta sexual e demonstra que era algo que se propagava pelas gerações de presos:

Havia também menores presos, rapazolas de 16, 17, 18 anos, os “pivetes” que, para se defender, buscavam a proteção de ladrões mais velhos e mais fortes, com os quais se “amigavam”. Eram, então, intocáveis, por uma convenção tácita. Esperavam apenas o tempo suficiente para ficarem mais velhos e mais fortes, para, por sua vez, fazerem o mesmo com outros “pivetes”. (Basbaum, 1978: 134)

Na citação acima, há também a indicação de que a pedestria não era apenas uma prática pontual. Ao dizer que eles “se amigavam”, significa dizer que os presos não apenas praticavam sexo entre si, mas alguns viviam relações homoafetivas. Isso não diminui a gravidade que os autores atribuíam ao que viam, que consideravam ser um escândalo. Basbaum continua seu relato sobre os presos comuns:

Para mim, aqueles presos eram todos irrecuperáveis, mergulhados na lama abjeta da depravação, até aos cabelos. Para eles somente havia dois mundos, os que conheciam: o dos “otários”, as pessoas que tinham algo que eles queriam e não compreendiam por que lhes fosse proibido tomá-lo; e o deles, o livre da depravação, onde a liberdade não tinha limites. Habitavam-se de tal modo à prisão que muitos deles quase não conheciam outra vida. Para além desse conceito de vida, nada mais existia. Como no mundo pode sobreviver uma sociedade que produz tais frutos? Mesmo eu, que já havia convivido com toda espécie de ladrões e marginais, estava chocado. (Basbaum, 1978: 135)

Afirmando o quanto estava chocado, Basbaum diagnostica que os presos comuns pertenciam a uma classe de

pessoas “irrecuperáveis”, que não conheciam limites para a liberdade e propriedade e isso os levava a viver na prisão, que qualifica como a “lama abjeta da depravação”, o “mundo livre da depravação”. E despende uma crítica à sociedade como produtora de indivíduos praticantes de atos tão vis, ao se perguntar “Como pode sobreviver uma sociedade que produz tais frutos?”.

As críticas ao comportamento dos presos por crimes ditos comuns são baseadas na degeneração na qual estariam mergulhados e apresentadas para atestar o quanto a prisão não se prestava ao seu papel de corrigir os sujeitos, mas acabava por degenerá-los moralmente ainda mais. Suas críticas aproximam-se do discurso policial sobre os presos e criminosos comuns, mas também do que Lila Caimari (2004: 187-194) chamou de saberes criminológicos “profanos”, ao mostrar que os debates sobre teoria criminológica circulavam pela grande imprensa e provavelmente eram fruto do debate público com um número de publicações crescentes desde o fim do século XIX. Sendo assim, mesmo que os autores não tivessem formação em criminologia (com exceção de Basbaum que, por ter cursado medicina, deve ter estudado em algum momento um pouco de medicina legal), podemos identificar uma similaridade nos seus discursos com a teoria da delinquência de Enrico Ferri, socialista e discípulo de Lombroso, que entendia que a prisão era produtora de criminalidade numa sociedade que apodrece os indivíduos, o que demonstra que essas ideias circulavam na sociedade e permeavam o senso comum.

Nas colônias penais de Fernando de Noronha e Ilha Grande, os presos políticos da ANL também conviveram com presos políticos integralistas. Assim como a administração do presídio era vista como outro por serem

representantes da repressão do Governo Vargas, os integralistas também eram um outro que configuravam um inimigo político direto. Sobre eles, Bezerra diz:

Abismavam-se ao ver a nossa união: operários, soldados, marinheiros, médicos, engenheiros, oficiais, todos entrelaçados irmãmente, sem nenhum ranço de superioridade ou inferioridade; enquanto entre eles reinava a mais absoluta hierarquia militar em todos os escalões. Oficiais eram oficiais, sargentos eram sargentos e marinheiros eram marinheiros. (Bezerra, 2011: 277)

Gregório Bezerra faz uma comparação entre as formas que os presos políticos integralistas e os presos políticos de esquerda lidavam entre seus iguais no cotidiano da prisão. Estes se tratariam com igualdade e fraternidade e aqueles de forma desigual e hierárquica. Porém, como vimos anteriormente, os presos de esquerda se organizavam no cárcere em um coletivo, que refletia e buscava reproduzir a organização partidária que existia fora dos muros da prisão, numa hierarquia rígida.

O autor continua mostrando sua perspectiva sobre os integralistas:

O que havia de bom era para os oficiais, que não se misturavam com a massa. Esta, que nada recebia do continente, sem nada ficava porque entre eles predominavam o mais profundo egoísmo e o individualismo. Reinava o lema: “O que é meu é meu, e estamos conversados”. Não tinham coletivo organizado e, quando algum dava uma migalha a outro, era por simpatia ou por serviços prestados. Viviam brigando entre si, dividindo-se e subdividindo-se, mas o pior de tudo era a pederastia que existia no meio deles. As brigas começavam pelos chefetes, que se atritavam constantemente. (Bezerra, 2011: 277)

Diferentemente dos presos de esquerda que agiriam entre si com fraternidade e igualdade, os presos integralistas são percebidos como o contrário negativo, pois agiriam entre seus iguais com egoísmo e hierarquia. Além disso, Bezerra também afirma que há pederastia no meio deles, como entre os presos comum – ele não se detém em analisar tal fato, mas o afirma como um dado, como mais uma característica que provava não apenas a inferioridade dos integralistas, mas a superioridade moral dos comunistas.

Ao relatar suas memórias sobre a experiência de prisão política, os autores acabaram por apontar a experiência do coletivo como uma forma de construir narrativamente a imagem heroica do preso político que não deixa de lado nunca a sua militância ou a identidade de revolucionário. Antes, a transporta para o cárcere, adaptando as atividades militantes para a prisão política. Por consequência, esses autores acabaram por tecer imagens de seus outros, sujeitos com quem eles travaram relações no contexto da prisão política e nos quais identificavam características opostas às suas.

Em primeiro lugar, a administração e os guardas da prisão aparecem como um outro relacionado ao governo de Getúlio Vargas, ao qual os presos políticos de esquerda se opuseram, e no qual sofreram repressão e prisão. Diante deles, era necessário que se mantivessem organizados, tal como Agildo Barata argumenta sobre o motivo de criação do coletivo.

Em segundo lugar, os presos comuns aparecem como o outro que mais causa espanto aos presos de esquerda, por identificarem sua conduta moral como degradante e

criminosa. Prova disso seria a sexualidade que consideravam desviante como justificativa para todos os outros desvios que atribuíam ao seu outro, relacionando sexualidade e criminalidade.

Em terceiro lugar, os presos políticos integralistas eram vistos como um outro, principalmente por causa do espectro ideológico – afinal, os presos de esquerda, maioria comunista, faziam parte da ANL, uma frente antifascista. Mas também por identificarem que, no cotidiano prisional, os integralistas interagiam entre si de forma egoísta e hierárquica, quando os aliancistas se organizavam de forma fraterno e com igualdade.

Em meio a essas construções de imagens e identidades, os autores também teceram críticas às prisões, ao governo Vargas e à sociedade brasileira das décadas de 1930 e 1940 – o que demonstra o papel ativo que os sujeitos encarcerados desempenham apesar da clausura. A análise da noção de preso político encontrada nas memórias de Barata, Basbaum, Bezerra e Lima nos mostra que não há uma dimensão essencialmente política na imagem do preso político e uma dimensão essencialmente apolítica na imagem do preso comum. Em nenhuma das duas categorias essas dimensões se sustentam como absolutas, quando voltamos o olhar para a experiência social desses homens. Mas se apresentam como contraditórias, contextuais e relacionadas à experiência social.

Referências

- ARTIÈRES, P. *Les Livres de Vies Coupables: autobiographies de criminels (1896-1909)*. Paris: Éditions Albin Michel, 2000.
- BARATA, A. *Vida de um revolucionário (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

- BEZERRA, G. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BRETAS, M. O que os olhos não veem: Histórias das prisões do Rio de Janeiro. In: BRETAS, M., COSTA, M., MAIA, C.A.; NETO, F.S. (Orgs.) *História das prisões no Brasil*. v.2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- CAIMARI, L. *La ley de los profanos: Delito, justicia y cultura en Buenos Aires (1870-1940)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- CANCELLI, E. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- CAULFIELD, S.; SCHETTINI, C. Gender and sexuality in Brazil since Independence. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford, England: Oxford University Press, 2017.
- CYTRYNOWICZ, R.; MAIO, M.C. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). Em: DELGADO, L.A.; FERREIRA, J. (Orgs.). *O Brasil Republicano 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GREEN, J. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- HILLYARD, P. Political Crime. In: McLAUGHLIN, E.; MUNCIE, J. (Eds). *The Sage Dictionary of Criminology*. Londres, 2001.
- HUNT, L. A pornografia e a Revolução Francesa. In: HUNT, L. (Ed.) *A invenção da pornografia: obscenidades e origem da modernidade – 1500-1800*. São Paulo: Hedra, 1999.
- JAGUAR (Org.). *As grandes entrevistas do Pasquim*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1976.
- LIMA, H.F. *Caminhos percorridos (memórias de militância)*. São Paulo: editora Brasiliense, AEL, 1982.
- MAGALHÃES, M. *Marighella. O guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARCZ, L.M.; STARLING, H.M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- VAN DER LINDEM, M. O conceito marxiano de proletariado: uma crítica. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, abr./2016, p. 87-110.
- VIANNA, M. O PCB, a ANL e as insurreições de 1935. In: DELGADO, L.A.; FERREIRA, J. (Orgs.). *O Brasil Republicano 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.